

O primeiro capítulo desse estudo que objetiva contar a história da Formação do MST a partir das crianças que, desde seu início, estavam presentes nos acampamentos porque, de fato, existiam junto a suas famílias. Contar essa história é falar também da extrema violência que essas crianças sofreram: nas desocupações, na repressão do Estado, dos grandes latifundiários e da mídia. Mas também é contar dos sorrisos, da mística e da identidade que foi sendo construída pelo MST.

### **A luta por Reforma Agrária no Brasil**

No Brasil do início dos anos 1980, após quase duas décadas de regime militar, a sociedade civil brasileira intensifica a movimentação política e a contestação social. No decorrer da década, o Movimento pela Anistia e as greves operárias do ABC paulista são faces visíveis do inconformismo e da luta social. Porém, não são as únicas. No tocante aos conflitos agrários, muitos sujeitos põem-se em luta nesse período: os Sem Terra, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais<sup>2</sup>, a Comissão dos Atingidos por Barragens (CRAB)<sup>3</sup>, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)<sup>4</sup>, os agentes da

---

<sup>1</sup> Jornalista e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>2</sup> Em Pernambuco, numa articulação entre a CONTAG, a FETAPE e os sindicatos de trabalhadores rurais, cerca de vinte mil trabalhadores pararam suas atividades em outubro de 1979. Mesmo calcada em princípios legais, a greve dos canavieiros carregou consigo o estigma de um movimento subversivo. Afinal, desde o golpe militar, que a palavra greve era sinônimo de ilegalidade na região. Ademais, no caso pernambucano, marcado pela dominação senhorial dos homens de engenho, a greve ou a simples expressão de contrariedade em relação às normas costumeiras ditadas pelos patrões representava uma afronta inestimável. A greve de 1979 foi seguida por outra, no mesmo período do ano seguinte, na qual mais de 250 mil trabalhadores paralisaram suas atividades. O sucesso destes dois movimentos permitiu a constituição do que Sigaud (1986) chamou de „um ciclo de greves camponesas“ que se estendeu por toda a década de 1980. SIGAUD, Lygia Maria, **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1986.

<sup>3</sup> Naquele momento, a Comissão era formada principalmente pelas famílias que tiveram suas terras desapropriadas pela construção da hidroelétrica de Itaipu e que daria origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **Da exclusão à participação: o movimento social dos trabalhadores atingidos por barragens**. São Paulo: Edusp, 2002.

<sup>4</sup> A partir de meados dos anos 1980, as mulheres intensificaram sua atuação nos sindicatos rurais, criando a Comissão de Mulheres, o que depois deu origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. BRASIL. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Uma história de mulheres: uma história da organização do movimento de mulheres trabalhadoras rurais do sertão central de PE**. 2. ed. Serra Talhada: editora, 2004.



Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>5</sup> e da Pastoral da Juventude (PJR)<sup>6</sup>, ambas ligadas à Igreja Católica, as quais, organizadas junto às comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>7</sup> e as Pastorais Sociais, impulsionadas pela reflexão da Teologia da Libertação, estão em consonância com as lutas sociais do período.

Considerando este cenário da metade dos anos 1980, percebemos o início de uma nova etapa quanto à Questão Agrária no Brasil. Ressurgiram os movimentos sociais camponeses, assim como o debate político e intelectual sobre o tema. No âmbito do Estado e na sociedade, a questão do uso da terra voltou a ter destaque. Novas propostas são apresentadas periodicamente, mas o avanço ainda é tímido, pois se depara com forte resistência dos grandes latifundiários e seus representantes políticos. Nesse período, pode-se dizer que a necessidade de uma Reforma Agrária é reconhecida por quase todos os setores sociais.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes, com a chamada Redemocratização do País na década de 1980, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial. Paralelamente, a luta se territorializou, provocando um aumento das ocupações de terra. No campo brasileiro, as ocupações de terra se intensificam. Em especial, no Sul, diversas ocupações acontecem em várias regiões do Rio Grande do Sul. Essas ocupações buscavam terra, e alguns grupos lutavam pela Reforma Agrária. Localizamos aqui o nascedouro da história do MST<sup>8</sup>. E, para começarmos a contar essa história, nossa inspiração teórica e também política vem de Edward Thompson:

---

<sup>5</sup>A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. ([www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br))

<sup>6</sup>A Pastoral da Juventude Rural ou PJR, no âmbito da igreja católica, organiza a juventude camponesa no Brasil. Tem como pauta reivindicações para a melhoria de vida da juventude rural, de caráter progressista ou de esquerda, atuando junto com outros movimentos sociais do campo. Assim como a Comissão Pastoral da Terra, a PJR é vinculada à Igreja Católica. Participa também da Via Campesina. ([www.pjr.org.br](http://www.pjr.org.br))

<sup>7</sup>As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são comunidades ligadas à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas, geralmente, em função da proximidade territorial, compostas principalmente por membros das classes populares, vinculadas a uma igreja, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida. SANTOS, Irineia Maria Franco dos. **Luta e perspectiva da teologia da libertação: o caso da comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000.** 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

<sup>8</sup>FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofício e tradições podem estar desaparecendo. Sua hostilidade diante do novo industrialismo pode ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais.<sup>9</sup>

É com este olhar de respeito às lutas e aos sujeitos sociais que protagonizam a história que também estamos nos posicionando em relação a esse estudo. Aqui estamos contando a história de famílias pobres: homens, mulheres e, especialmente, crianças camponesas que, no MST, se fizeram presentes na luta social. Continuam a ser camponeses, mesmo quando nas circunstâncias do êxodo são tangidos em direção às grandes cidades; continuam a ser camponeses quando transgridem as leis estabelecidas em busca de uma vida melhor.

No decorrer da história e da década de 1980, no nascedouro do MST, os Sem Terra procuram mostrar que a luta e o protesto social trazem respostas aos anseios dos trabalhadores:

Já em 1978 companheiros nossos faziam a conquista de um pedaço de terra em Bagé. Eles tinham sido expulsos da reserva indígena Nonoai e acampado na estrada. Em 1979, ocupamos as fazendas Brilhante e Macali, no município de Sarandi. Em 1980, realizamos o acampamento da Encruzilhada Natalino.<sup>10</sup>

Nesse momento, as ocupações de terra já são uma constante na região Sul do Brasil. A ocupação de áreas improdutivas acontecia desde muito na história da luta dos trabalhadores do campo. De meados da década de 1970 em diante, intensificam-se. Nos acampamentos, fica visível a dura realidade de miséria vivida pelos Sem Terra. Malgrado a miséria e o desamparo havia ali a semente de um novo e ativo modo de luta; segundo Abramovay: “o acampamento é uma forma ativa de espera que dá existência política concreta ao desejo dos trabalhadores da terra”.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1:** a árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottman. 6.ed.São Paulo: Paz e Terra, 2011.

<sup>10</sup> MST. **O MST é você.**1987.

<sup>11</sup> ABROMOVAY, R. Nova forma de lutar pela terra: acampar. **Revista da ABRA**,Campinas, 15(2), 1985.

Contrastando com diversas imagens de uso corrente no período, quase todas eivadas de preconceito e reverberando o estigma contra os pobres; José Gomes da Silva<sup>12</sup>, em visita aos Sem Terra do Rio Grande do Sul, em 1988, reconhece no acampamento um lugar onde *os homens ainda cantam e as crianças, respondem em coro*; um lugar em transformação:

Ao contrário de outros aglomerados de gente, como os que vimos em zonas carentes da Índia, nas favelas de São Paulo ou nas Palafitas do Recife, o acampamento é limpo. Não cheira à distância. Há, dentro das tendas, fogões limpos, panelas brilhando. Os homens ainda cantam e as crianças respondem, fazendo o coro. As músicas, porém, começam a se transformar. Percebe-se que já está passando da crítica ao latifúndio e das verrumas do governo para gritos de guerra. Os gestos também vão mudando do abraço fraterno para o punho cerrado.<sup>13</sup>

Assim o intelectual descreve de modo vivo os acampamentos formados nesse período. De sua narrativa salta um comparativo entre os pobres na Índia como nas favelas de São Paulo ou do Recife; destacando desde o zelo com a arrumação do lugar e com os utensílios da vida doméstica até a presença da música já cantada em coro. O coro como metáfora do coletivo que se organiza suscita em sua observação acurada o indício dos começos de uma transformação: nos gestos, nas palavras de ordem, no espírito fraternal ensaiando novas coreografias de punho erguido.

Em quase todos os acampamentos, as barracas eram organizadas de maneira a formar espécie de ruas paralelas que desembocavam em uma parte “central”, geralmente, onde se erguia um barracão maior para reuniões, assembleias, celebrações religiosas e onde funcionava a Escola. Nessa parte central, também ficava uma grande Cruz de madeira e a bandeira do MST.

A sucessão de ocupações realizadas pelos Sem Terra do Rio Grande do Sul, nesse período, possibilitaram as primeiras tentativas de articulação dessas ações em torno de uma organização comum. O MST brota dessa terra fértil das ocupações que acontecem no Sul do País. São as famílias que estão mobilizadas e *em movimento* que

---

<sup>12</sup> Fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), foi um dos redatores do Estatuto da Terra. Coordenou a equipe que elaborou a Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária e é ex-presidente do Incra. Autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro em São Paulo e coordenador da área de agricultura e reforma agrária do “governo paralelo” do Partido dos Trabalhadores (PT). GORGEN, Frei Sérgio A. **O massacre da Fazenda Santa Elmira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

<sup>13</sup> SILVA, José Gomes da. *apud* GORGEN, Frei Sérgio A. **O massacre da Fazenda Santa Elmira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

formam o MST. No decorrer deste primeiro capítulo, destacaremos as ocupações que mais contribuíram para a possibilidade dessa articulação do Movimento. Desde já, ressaltamos a ocupação da *Encruzilhada Natalino* e da Fazenda *Annoni* como duas dessas significativas ocupações; que passariam à história social da luta camponesa no Brasil como marcos ou pontos de inflexão nas novas formas de reivindicação por direitos dos pobres da terra.

A demanda por terra é constante na história do Brasil. Os Movimentos Sociais e aqui, particularmente, o MST agregam outras pautas à luta específica pela terra. Os Sem Terra passam a lutar por um leque de direitos que lhes são negados: terra, trabalho, saúde, educação, vida digna. Além da conquista dos direitos básicos, a luta incorpora o anseio por uma nova sociedade justa e igualitária. No conjunto dessas lutas por terra e direitos, a CPT e alguns padres, bispos, freiras e leigos irmanados pelos princípios da Teologia da Libertação são apoiadores das lutas do período.

Na conjuntura eclesial, a partir dos anos 1960, com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica mudou o eixo de sua atuação na América Latina. Até então, estava voltada à sociedade política, exercendo influência junto ao Estado por meio de partidos democratas cristãos e movimentos sociais como a Ação Católica. A partir do Concílio, desenvolveu estratégias para voltar-se à sociedade civil, passando a ser, ela própria, um agente ativo na organização dessa sociedade, por meio das pastorais sociais e das comunidades eclesiais de base.<sup>14</sup>

Na segunda metade do século XX, a Teologia da Libertação expressará também este componente religioso na sua *crítica romântica* à modernização capitalista latino-americana. Segundo Michael Löwy, entre as principais características da Teologia da Libertação está justamente a articulação desta crítica de cunho ético-religioso com o instrumental marxista de análise social. A sua própria denominação tem inspiração marxista – o termo libertação é buscado na Ideologia Alemã, bem como o sentido que lhe é conferido. Michael Löwy debate a articulação de duas vertentes românticas:

[...] está próxima do tipo romântico-revolucionário. Sua crítica ao capitalismo na América Latina articula a tradição 'anticapitalista romântica' do capitalismo – condenação moral e religiosa da economia mercantilista –

---

<sup>14</sup>SANTOS, Irineia Maria Franco dos. **Luta e perspectiva da teologia da libertação: o caso da comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000.** 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

com a análise marxista da exploração imperialista. Essa dupla natureza – ao mesmo tempo 'progressista' e antimoderna – encontra-se em todos os níveis da reflexão dos teólogos da libertação.<sup>15</sup>

Löwy situa, assim, o ideário da Teologia da Libertação no escopo do socialismo utópico-humanista. É preciso ressaltar que a crítica elaborada pelos teólogos da libertação, não se exerce em nome de uma classe (o proletariado), mas em nome de toda a humanidade ou, mais particularmente, da humanidade-sofredora e dirige-se a todos os “homens de boa vontade”. Os teóricos da Teologia da Libertação compreendiam o marxismo como a ciência da história em desenvolvimento, uma ciência inesgotável, que se alimenta da própria realidade. E, se o marxismo é a ciência da história, a história é a atividade dos seres humanos que se organizam para alcançar seus objetivos<sup>16</sup>.

No Nordeste do Brasil, desde o início da década de 1970, a CNBB estimulava a sindicalização rural. Naquele contexto, a ação da Igreja Católica tinha como objetivo combater o ideário comunista representado pelas Ligas Camponesas que intensificavam sua ação na Paraíba e, principalmente, na zona da mata de Pernambuco. Como resposta ao movimento iniciado pelos setores mais conservadores da Igreja, a esquerda cristã, representada pela Ação Popular, e o próprio Partido Comunista teriam iniciado também a formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais em áreas onde ainda não havia chegado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), criado pela ala mais conservadora da Igreja para orientar a formação dos sindicatos e sindicalistas rurais<sup>17</sup>.

A década de 1980 é esse período de intensa “organização do povo”, com a mobilização e trabalho de base no sentido de “conscientizar o povo”. Esta metodologia impulsionada pelos setores progressistas da Igreja Católica, inspirados pela Teologia da Libertação, é marcante também na articulação das lutas pela terra. As reuniões preparatórias para as ocupações e mobilizações públicas são preparadas com antecedência em encontros de base e encontros intermediários:

a organização vem sendo feita através de encontros preparatórios, já realizados nas regionais [da CNBB] do Sul, Norte e Nordeste. Os

---

<sup>15</sup> LOWY, M. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> PERLI, Fernando. **Sem terra**: de boletim a tabloide, um estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra entre a solidariedade e a representação (1983-1987). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

trabalhadores rurais dos estados do Piauí, Maranhão, Goiás e Rio de Janeiro realizaram encontros estaduais e também estão preparados.<sup>18</sup>

Aqui destacamos o papel exercido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em torno da luta pela Terra e pela Reforma Agrária. Desde os anos 1980, a CPT incorpora ao calendário da luta social datas e momentos que fortaleceriam a luta como a realização da *Romaria da Terra* em vários Estados e a celebração do dia do agricultor, no 25 de julho. Neste momento, a Pastoral da Terra fundamenta sua atuação na opção preferencial pelos pobres, e incidindo concretamente em dois grandes eixos: as denúncias de trabalho escravo e condições de trabalho degradantes e o acompanhamento das lutas pela terra. A atuação da CPT e do Centro Indigenista Missionário (CIMI), na ação pastoral junto aos povos do campo, dá-se em consonância com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A 18ª Assembleia da CNBB, em 1980, no documento “Igreja e problemas da Terra”, afirma:

Nossa ação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperação para que sejam realmente organismos autônomos e livres, defendendo e os interesses e coordenando as reivindicações de seus membros e de toda a sua classe.<sup>19</sup>

Há uma grande influência da Igreja, na matriz da Teologia da Libertação, no cotidiano da luta pela terra nesse período. Por exemplo, no acampamento na Encruzilhada Natalino, várias religiosas ficaram acampadas junto às famílias, contribuindo, principalmente, nas primeiras experiências de educação. Por lá, também passavam constantemente padres e bispos que se identificavam com a luta e as causas defendidas pelos trabalhadores expressando seu compromisso ético-moral com os pobres, professado por meio dos postulados da leitura radical da Bíblia, expressa em Cartas Pastorais e na ação das Pastorais Sociais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Organismos. Quantos daqueles trabalhadores do acampamento da Encruzilhada Natalino e dos muitos seguintes teriam participado como animadores dos grupos das CEBs? Teriam ocorrido ali seus primeiros contatos com o vocabulário da luta social na preparação da liturgia da palavra de Deus aos pobres, na organização dos encontros

---

<sup>18</sup> *Boletim Sem Terra*, n. 5, 1982.

<sup>19</sup> Transcrição feita do *Jornal Sem Terra*, maio de 2002.

movidos pelo espírito de fraternidade e no reconhecimento da força da união como princípio organizativo nas lutas contra as injustiças sociais. Foi ali também que, possivelmente começaria a aflorar seu inconformismo com a miséria e as desigualdades. Foi ali que as leituras das folhinhas de evangelização, os cânticos de libertação, fariam brotar uma reflexão que impulsiona e move: deus não deixou escritura de terra.

Em 1990, o clero progressista do Rio Grande do Sul, diante do cenário de extrema miséria no campo tornou público um documento onde explicitava seu posicionamento frente ao Governo do Estado quanto à questão agrária e afirma como posição política que “o lugar dos agricultores é na terra e não na periferia das cidades”. No documento, exigiam-se medidas emergenciais como a doação de alimentos e agasalhos, uma definitiva solução para as famílias acampadas em áreas de conflito e um reestudo das áreas devolutas do Rio Grande do Sul.

O Posicionamento das lideranças da Igreja no Rio Grande do Sul sobre os conflitos de terra

Vila Betânia

Porto Alegre, 6 de junho e 1990.

Exmo. Sr. Dr. SynvalGuazzeli

MD Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Tendo em vista a situação de extrema miséria, tensão e calamidade em que estão os colonos Sem Terra acampados na Fazenda Capela e na Fazenda Boa Vista, do Incra, em Cruz Alta, vimos, por meio desta, insistentemente solicitar:

- Uma imediata e definitiva solução para o reassentamento dos colonos de Capela, oriundos do Rincão do Ivaí, salto do Jacuí aos quais foi prometida uma solução definitiva por parte do Governo do Estado. A situação chegou a um extremo tal, que pode surgir, a qualquer momento, um confronto sangrento, indesejável para todos.
- Uma ajuda imediata em alimentos, agasalhos e medicamentos para os colonos acampados na Fazenda Boa Vista, do INCRA, em Cruz Alta, que estão em situação de extrema miséria. Entendemos que nenhum governante pode considerar-se isento face à atual situação de calamidade, lembrando-se que essa ajuda governamental foi prometida aos colonos e é de premente necessidade.
- Uma urgente negociação com o Governo Federal para a solução definitiva e rápida para ambos os acampamentos, com a concessão de terra como lhes foi prometido reiteradamente.
- Um urgente reestudo da política de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, pois entendemos que o lugar de gaúcho é no Rio Grande do Sul, e o lugar dos agricultores é na terra, e não nas periferias das cidades.

Atenciosas saudações.

Bispos, Provinciais, Coordenadores Diocesanos de Pastoral, Coordenadores Regionais de Setor e Serviço da Igreja no Rio Grande do Sul.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Transcrito do *Jornal Sem Terra*, julho de 1990.



Fortalecendo as Pastorais Sociais e as Comunidades Eclesiais de Base, nos setores expressivos da Igreja se posicionam publicamente, afrontando e exigindo do Estado uma solução. Contudo, a tensão gerada pelos conflitos de terra no Rio Grande do Sul os levou a isso. No documento, a Igreja afirma que o lugar dos camponeses gaúchos é ocupando e produzindo nas terras gaúchas e não engrossando o filão de miseráveis da capital Porto Alegre.

O documento também demonstra o acompanhamento próximo que a Igreja, por meio das CEBs e pastorais sociais, realizavam junto às áreas em conflito, em várias partes do Estado. Esse acompanhamento possibilitava a publicização da situação de calamidade em que viviam milhares de famílias, em função do descaso do governo frente à situação dos acampamentos.

Nos acampamentos, era muito comum a reflexão de textos bíblicos como metáforas da vida vivida, em momentos públicos com as famílias acampadas. Um dos textos bíblicos mais lidos pelos acampados era o livro do *Êxodo*, onde os religiosos e o povo, em sua nova leitura bíblica, narravam a luta pela terra com a saída do povo hebreu da escravidão do Egito, pela imagem da “Caminhada em busca da Terra prometida”<sup>21</sup>. Entre as muitas reflexões sobre esse texto, se destaca a construção de uma identidade positiva dos Sem Terra. Além de oprimidos e injustiçados, são “povo escolhido”, fato que reforça a unidade do grupo, trazendo conteúdos de esperança e redenção.

Apoiados em sua fé e fortalecidos em sua esperança os camponeses tornam-se militantes da causa da Reforma Agrária; passam a reinterpretar os conteúdos de uma religião que aprenderam e praticaram. Essa religião passa a ter caráter libertador e expressar a resistência e a luta do povo Sem Terra. Muitos dos camponeses que realizarão as inúmeras ocupações do período tiveram suas primeiras experiências de vida comunitária nestes espaços da Igreja aqui abordados.

#### • **A Greve dos Sem Terra é a Ocupação**

Março de 1981. Município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Cerca de quinhentas famílias, três mil trabalhadores, homens, mulheres e crianças acampadas às margens de uma rodovia estadual, a RS-324, no trecho entre as cidades de Passo Fundo e Ronda Alta. Um acampamento como alguns outros espalhados pelo País. Os

---

<sup>21</sup> BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

acampados estavam ali porque haviam esgotado todas as possibilidades, mesmo as de serem posseiros, meeiros, agregados. Eram, sim, famílias de camponeses pobres. O acampamento da Encruzilhada Natalino agregaria famílias de camponeses de diferentes trajetórias sociais, até chegarem ali.

Figura 1 – Crianças no Acampamento da Encruzilhada Natalino, 1979



Fonte: [www.prati.com.br](http://www.prati.com.br)

A Encruzilhada Natalino foi uma das maiores ocupações de terra nesse momento. Famílias inteiras ali acampadas perceberam que a pobreza não precisava ser uma condenação e que juntas formariam um dos maiores acampamentos já realizado no Brasil até os dias de hoje. O período ainda era de ditadura, e as famílias da Natalino sofreram repressão do regime autoritário e permaneceram por longos meses acampadas.

Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul destacando em vermelho a cidade de Ronda



Esses camponeses que haviam ocupado um grande latifúndio improdutivo vinham das granjas e das fazendas onde trabalhavam como empregados ou ainda trabalhavam nas terras de seus pais. Empregados nas fazendas faziam de tudo: cuidavam do gado, preparavam a terra para o plantio, plantavam, limpavam e colhiam, e, no final da colheita, a menor parte ficava para eles e a maior para o patrão. Eram também pequenos agricultores empobrecidos, colonos, retornados dos frustrados projetos de colonização do Centro Norte do País e colonos afogados pela construção de barragens. Por isso, a difícil escolha de ocupar.

E difícil é a escolha porque ocupação não é uma festa. São dias e muitas horas longas de tensão, angústia, dor e sofrimento. Quando se olha de fora, parece muito simples para os agricultores Sem Terra tomarem a decisão de realizar uma ocupação. Mas não é. É sempre uma decisão difícil e dolorosa. É daquelas que se retarda, se adia, se espera para ver se não surge algum motivo que evite a tomada de decisão. Ocupar significa correr riscos. São noites de tensão. Antes, durante e depois. Noites de pouco dormir, de incertezas, de rádio ligado esperando por alguma palavra séria do governo, por alguma decisão favorável da justiça, por alguma notícia de que não haverá violência.<sup>22</sup>

“A greve dos Sem Terra é a ocupação”. Com essa analogia, os acampados defendem a ocupação e reivindicam-na enquanto instrumento legítimo de luta: se o trabalhador da cidade paralisa o trabalho para reivindicar direitos e melhores condições, porque os trabalhadores do campo não podem ocupar e reivindicar a terra, seu próprio

---

<sup>22</sup> GORGEN, Frei Sérgio A. **O massacre da Fazenda Santa Elmira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

instrumento de trabalho? Essa era uma pergunta comum naquele período nas reuniões que antecediam e preparavam as ocupações. Os trabalhadores na cidade fazem greve por melhores salários; no campo, os trabalhadores precisam de terra para plantar; então seu instrumento é a ocupação, sua Greve.

São dias e noites voltados para um único objetivo: que resolvam nossa situação; queremos terra para plantar. Mas, quando decidimos acampar, nós consideramos a ocupação como uma greve. A mesma coisa que os operários. Todos têm o direito de fazer greve, nós também. A greve dos Sem Terra é a ocupação. Queremos terra que é um direito de todos.<sup>23</sup>

A primeira característica da ocupação é a dimensão coletiva, pois o ato de ocupar envolve preparação com uma ampla discussão em torno das dificuldades e dos encaminhamentos necessários à mobilização; entrada e permanência na terra. Em qualquer desses momentos, os riscos do movimento de ocupar e eventual repressão, com que sempre se há de contar, exigem uma forte consciência solidária, e só podem ser enfrentadas pela ação coletiva e organizada.

a organização do acampamento implica transformações profundas na estruturação da vida familiar. Na situação excepcional do acampamento, a família deixa de ser o espaço principal de decisão dos destinos de seus membros; impõe-se a contingência das decisões coletivas, tomadas em fóruns mais amplos, como as assembleias gerais e, principalmente, os grupos de família e as equipes de trabalho. Decisões relativa à obtenção de alimentação, à localização do barracos, às instalações sanitárias, às normas de segurança e comportamento moral e político, da saúde e da educação, por exemplo, transferem-se da esfera doméstica para esfera pública e, em consequência, „aquilo que antes era „assunto de casa“ torna-se tema a ser tratado em reunião e o sistema de regras que existia no interior de cada família passa a ser objeto de avaliações e questionamentos, surgindo, assim, a necessidade de negociar o „jeito de fazer as coisas“.<sup>24</sup>

A luta da Encruzilhada Natalino, nesse momento, é pela terra que é meio e instrumento de trabalho, pela liberdade longe dos domínios do patrão e pela Reforma Agrária. A luta é pela terra e por seu uso comum por todos, pois a mesma não é fruto do trabalho dos homens e sim um bem da natureza. A questão da Reforma Agrária é pauta de muitas entidades de todo o País e também na expressão de apoio e solidariedade,

<sup>23</sup> Depoimento de Jorge, acampado do acampamento de Rincão do Ivaí, RS. *apud* GORGEN, Frei Sérgio A. **O massacre da Fazenda Santa Elmira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

<sup>24</sup> SCHMITT, Claudia J. **O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem terra”**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

como em uma Carta enviada pelos Trabalhadores da Bahia que se reconhecem naquela luta. Para eles o grande prazer em responder a carta é a confirmação de que o retrato do Brasil dos pobres é muito parecido de norte a sul:

É com grande prazer que respondamos a sua carta datada do dia 29 de abril de 1981, pela qual nos empenhou um relato em que estão sendo vítimas da falta de reforma agrária ampla e imediata para os trabalhadores rurais acampados na RS-324, que liga Passo Fundo a Nanoai. Isto é um retrato do Brasil de hoje, porque aqui em Santa Maria, Coribe e regiões vizinhas continua aumentando o número de trabalhadores rurais Sem Terra, enquanto é a mesma situação daí. Muitas terras encontradas nas mãos dos grandes.<sup>25</sup>

Como comenta a carta, os conflitos e a luta pela terra são situações comuns em todo o Brasil. Por uma série de fatores ligados à organização dos camponeses e ao apoio recebido, no Sul do Brasil, acontece um verdadeiro levante de ocupações e acampamentos nesse período, entre o final da década de 1970 e os anos 1980. Lá a luta social encontra terra fértil para acontecer.

Nesse contexto, uma das estratégias mais comuns em busca de apoio e mesmo em busca de alianças, é o envio de cartas a pessoas e entidades. No trecho citado, percebemos que a carta já estava sendo respondida em abril. Considerando que a ocupação aconteceu em março, fica evidente a agilidade das famílias em localizar essas pessoas e entidades e lhes endereçar uma correspondência específica, expondo a realidade ali vivida.

Na ocupação da Encruzilhada Natalino, o tempo ia passando, até que, chegado o mês de maio, após sessenta dias de acampamento, ganha forma um dos principais instrumentos de mobilização social daquelas famílias: ali brota, do chão frio da Natalino, o *Boletim Sem Terra. Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores Sem Terra*, assim está em sua primeira edição, de maio de 1981. Uma edição mimeografada, com 12 páginas.

Seu desenho, pauta, manchetes, imagens, matérias eram decididas já nos primeiros exemplares, por agricultores acampados na Encruzilhada Natalino R.S., local onde ocorreu o primeiro grande acampamento nacional. O jornal conta a história do Movimento e as estratégias discursivas falam das e para as pessoas que estão participando do mesmo, muitos, se percebem nas páginas do jornal, em entrevistas, reportagens e fotografias.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> *Boletim Sem Terra*, n. 01.

<sup>26</sup> WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A pedagogia cultural do MST com relação à infância. In: XXIII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2000.

O *Boletim* queria ser um instrumento de divulgação da luta daquelas famílias. A cada número, uma comissão era formada para planejar sua pauta e encaminhar quem escreveria; quem fazia os desenhos. Em seguida, o conteúdo era aprovado em Assembleia no acampamento e só depois publicado. Nesse período, a missão do *Boletim* era fazer ecoar fora daquele espaço a voz e a luta dos acampados.

O *Boletim Sem Terra* surge antes mesmo da criação do Movimento Sem Terra e é criado para que a luta daquelas famílias pudesse ser contada por elas mesmas, sem mediadores e intermediários. Significa também uma reflexão acerca do “latifúndio da comunicação”, querendo ecoar principalmente para o Brasil urbano que os pobres da terra invisíveis nas páginas da mídia corporativa precisavam escrever sua história em sua imprensa. Era a semente germinando. Dali em diante, de dois em dois meses, um número novo era elaborado e distribuído no próprio acampamento, principalmente entre os apoiadores. Naquela altura, a publicação já era enviada para muitas partes do Brasil, atingindo o objetivo de despertar a solidariedade para com os acampados.

A primeira capa do impresso trouxe a *Carta dos colonos acampados em Ronda Alta*. Seu conteúdo apresenta aquele ato à sociedade, reivindica, protesta, mas, principalmente, faz apelo à solidariedade. O texto convida ao apoio: “Solicitamos seu apoio do jeito que der para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois queremos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar.”<sup>27</sup>

O direito a terra aparece como finalidade da ocupação e justifica o pedido de apoio e solidariedade naquelas páginas. Outra característica é a determinação e a persistência manifestada pelas famílias acampadas em permanecer na luta. Era ali que desejavam criar os filhos, plantar sua lavoura, criar animais, fazer suas festas, seguir o modo de vida camponês. Esse era o argumento de persuasão para a sociedade: “Queremos terra para trabalhar e viver com dignidade”.

O acampamento da Encruzilhada Natalino ia ganhando também a sociedade pelo coração. As visitas ao acampamento eram estimuladas pelas entidades de apoio, e quem ia lá se solidarizava com a vida difícil, com a fome de famílias inteiras. Muitos visitantes voltavam dizendo o quanto aquelas famílias mereciam um pedaço de terra onde pudessem viver dignamente.

---

<sup>27</sup> *Boletim Sem Terra*, maio de 1982.



A Carta aprovada em Assembleia, no dia 15 de maio de 1981, foi preparada para estampar a primeira capa do *Boletim*. A carta é pensada e preparada para compor um retrato da luta social que acontecia às margens daquela rodovia, protagonizada por camponeses pobres e Sem Terra do Sul do Brasil.

A forma da Carta Aberta, como acontece na primeira edição, é repetida outras vezes, principalmente nas situações de maior tensão no acampamento, reunidas em assembleia, as famílias decidiam expressar-se dessa maneira, compondo uma carta coletiva, com palavras simples e sem assinaturas pessoais, dirigida aos leitores. Ao modo coletivo a carta aberta expõe as agruras da vida dos pobres e conclui de modo incisivo: *Desse jeito já não conseguimos mais viver*. Ao modo de quem enxerga no ato organizativo a busca por direitos a carta atualiza e repercute as palavras da luta: *O preço da paz é terra e justiça para todos*.

Figura 3 –Capa da edição nº 1 do *Boletim Sem Terra*.

## SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE  
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA

" Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivia-  
mos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros  
da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc..  
Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança  
e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque  
não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho da lavoura e é isto  
que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes  
na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano pas-  
sado recorremos aos políticos e ao Secretário da Agricultura e nada con-  
seguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não te-  
mos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se  
em conjunto conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio,  
mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos  
para trabalhar como colonos.

Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para mu-  
itos mais que como nós também precisamos, só que estas terras estão na mão  
dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos deles até moram na  
cidades, como é o caso de vários que se apossaram de grande parte da Fa-  
zenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas acabou sendo en-  
tregue pelo governo para amigos dele que não precisam. Só estas ter-  
ras dá para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pe-  
dacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os  
da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso tra-  
balho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir o  
ferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão  
voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gen-  
te veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias  
igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa  
luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois que-  
remos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar."

" PREÇO DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS "

" TERRA PARA QUEM TRABALHA NELA "

CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

## VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

A constituição de uma imprensa dos trabalhadores colabora para a construção da representação dos Movimentos Sociais no imaginário social. Ainda na primeira edição do *Boletim Sem Terra*, os acampados da Natalino contam quem são, de onde vêm, o que fazem e como ali chegaram:

Eram arrendatário, parceiros, meeiros, agregados, peões de granja e filhos de pequenos agricultores; perderam a possibilidade de continuar na terra, expulsos pela máquina, pela ganância dos grandes proprietários, pela falta de trabalho, enfim, pela política agrícola do governo. O acampamento se estende por mais de um quilômetro de estrada, amontoando eles em barracas de lona, de capim, de pedaços de madeira e sacos de cimento ou adubo, penduradas nos barrancos.<sup>28</sup>

<sup>28</sup> *Boletim Sem Terra*, n. 1.



Os trabalhadores ali fazem o exercício de nomearem-se arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, peões de granja. E, quando se nomeiam, se reconhecem na diferença, mas, principalmente, no encontro. Na semelhança da falta de terra para plantar, na injustiça sofrida pela ganância dos latifundiários é essa história que vai sendo construída no dia-a-dia do acampamento e é narrada nas páginas do *Boletim*, um vivo documento da história da imprensa social no Brasil dos Trabalhadores.

Mesmo com poucas imagens, mas com uma fartura de textos, vai sendo transmitida, semana a semana, a situação do acampamento. Notícias sobre a localização e a dimensão do espaço ocupado pelas barracas, o modo das celebrações e festas realizadas no acampamento, a chegada de novas famílias e também a desistência de algumas, pois às vezes a luta cansa e o desânimo chega.

Em face a tantas dificuldades e expostos ao frio e a comida pouca a palavra impressa é também o desejo de “Manter aceso o fogo que clareia as reivindicações dos trabalhadores rurais e expressar as manifestações de apoio e solidariedade que tem recebido”.<sup>29</sup> Mais uma das evidências de um vocabulário que alimenta o horizonte da luta de classes, como expresso na criação do *Boletim*. As formas de apoio vem de vários lugares e de modo variado, o Movimento de Justiça e Direitos e a CPT colaboram com a impressão do material, realizando em ato os princípios pastorais consignados em seus documentos do período estudado.

Era indispensável o apoio da sociedade. E não estamos falando apenas de apoio material, mas principalmente de apoio político. Era preciso convencer a sociedade de que a luta por terra era justa e urgente. O *Boletim Sem Terra* foi o instrumento criado pelas famílias para a ampliação da luta tendo também como mote a difusão das notícias no cotidiano no acampamento.

O argumento não é o da súplica, mas o do apelo, da solidariedade “do jeito que der” e na forma de visitas ao acampamento, atendimento médico voluntário, escolarização das crianças, transporte para os momentos das mobilizações fora da ocupação, divulgação da luta, entre muitas outras.

No *Boletim Sem Terra*, a solidariedade é expressão. O próprio impresso é criado como “veículo de solidariedade aos acampados da Encruzilhada Natalino “e nele, por

---

<sup>29</sup> Ibidem

diversas vezes, os Sem Terra dizem a todos: “a solidariedade pode ser de qualquer jeito”.

Estamos apresentando o primeiro número deste Boletim Informativo que, dentro de suas atribuições, uma é a de manter constantemente informados todos os colaboradores desta campanha de solidariedade, através de suas entidades representativas – sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades de base e demais entidades a nível nacional – bem como a opinião pública em geral através dos meios de comunicação – jornal, rádio e televisão. Outra, é a de ampliar ainda mais esta campanha, levando-a a todas as regiões do Estado e do País.<sup>30</sup>

A divulgação de informações periódicas sobre o andamento da luta pelos próprios acampados é estratégia para manutenção e possíveis conquistas daquele grupo. Pelo *Boletim* passam as Campanhas de solidariedade que visam estabelecer os vínculos orgânicos de classe, e, de alguma maneira, essas mesmas informações reverberam junto à opinião pública, o que contribui para que as campanhas de solidariedade ganhem as ruas e vão forjando redes de solidariedade na prática da luta social.

A formação de uma opinião pública favorável à causa dos acampados da Natalino é uma das preocupações das famílias. Essa também é uma das principais funções que o *Boletim* passa a exercer. Além de entregue às entidades de apoio, era distribuído também aos grandes meios de comunicação de massa que, em geral, historicamente, confinam os pobres e suas lutas às páginas policiais e cuidam de criminalizar as lutas sociais atualizando o verbo das oligarquias: a questão social é uma questão de polícia.

Por meio da divulgação pelos meios de comunicação de massa e alternativos, a luta da Natalino chega a muitos lugares do Brasil e mobiliza apoiadores, organizados nas mais diversas regiões para a arrecadação de alimentos, roupas, livros, material escolar e remédios, diariamente enviados ao acampamento, ainda que em pequenas quantidades.

É interessante observar que o acampamento se torna centro de uma campanha de solidariedade, interligando diversas pessoas e entidades colaboradoras. O discurso é construído com a responsabilidade compartilhada daquele espaço por todos que

---

<sup>30</sup> *Boletim Sem Terra*, n. 1.

colaboram. Ali não são famílias sozinhas, há toda uma rede de apoio atenta e disposta a ajudá-las.

O desenvolvimento de valores como a solidariedade, se torna tão fundamental que supera a luta pela sobrevivência. Sobreviver significa salvar-se, de continuar escravo do modelo e do sistema capitalista. Valores como a solidariedade, buscam transformar o ser humano em verdadeiro agente da própria existência, adquirindo uma nova identidade política e social.<sup>31</sup>

Por isso, desde seu início, o exercício da solidariedade mostra a reflexão e a prática do Movimento Sem Terra. De fato, o Movimento nasce da solidariedade, é seu fruto. Sem a solidariedade entre as famílias, as entidades, os moradores dos arredores, os trabalhadores urbanos, a Igreja, o acampamento da Encruzilhada Natalino não teria resistido a tantas investidas criminosas da repressão policial do Estado.

E, no decorrer daquela luta, a solidariedade era vivenciada no dia-a-dia: na cozinha coletiva, nos barracos compartilhados, na escola a céu aberto, na organização da segurança, da saúde, nas celebrações do acampamento. Existia ali um espaço para a vivência em coletivo, que ia transformando devagarzinho quem estava ali na luta pela terra.

E, como retrato, nas páginas daquele impresso, contava-se uma história de solidariedade. As pessoas ali no acampamento não estão sozinhas, com elas, temos sindicatos, movimentos, igrejas, profissionais, entre tantos outros comumente citados no *Boletim*.

Passados oito meses, permanecem acampadas na Rodovia RS 324, no Rio Grande do Sul, 318 famílias, das 500 iniciais como encontramos no documento: “A política agrária do governo e os conflitos de terra no Brasil.”<sup>32</sup>

A proposta estatal para a solução do conflito continuava sendo a reiterada política de colonização das „regiões de fronteira agrícola”: Roraima, Acre, Mato Grosso e Bahia. Em contrapartida à insistência dos colonos, de serem assentados no estado, o governo respondia com recrudescimento da violência. Cansados do embate e das precárias condições de vida à beira da estrada, 137 famílias acampadas aceitaram a proposta de integração ao

---

<sup>31</sup> MST. **O MST: a luta pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no Brasil: documentos básicos.** São Paulo: 2005.

<sup>32</sup> CONTAG. *A política agrária do governo e os conflitos de terra no Brasil.* Brasília, 1981.

“Projeto de Colonização Lucas do rio Verde”, no Mato Grosso. A maioria, entretanto, permaneceria no acampamento.<sup>33</sup>

Marcado pela produção de significações e símbolos de matriz místico-religiosa (como a cruz, os lenços brancos, as celebrações e as procissões) e pela presença cotidiana de agentes pastorais que contribuía na organização, o acampamento, que chegou a abrigar cerca de 600 famílias, ocupando quase 2 km de extensão às margens da estrada, sofreria uma forte repressão por parte do governo federal, refletindo a militarização da questão agrária no Brasil. Declarado “área de segurança nacional”, o acampamento sofreu a intervenção do Exército, apoiado pela Brigada Militar e pela Polícia Federal, sob o comando do coronel Sebastião de Moura Rodrigues, o „Coronel Curió“, conhecido por sua participação na repressão às manifestações no Norte e no Nordeste do País, que estabeleceu formas de controle de entrada e de saída do acampamento e mecanismos de constrangimento psicológico que visavam à desistência da luta por parte dos trabalhadores. O acampamento da Encruzilhada Natalino transformou-se em símbolo de resistência ao regime ditatorial, principalmente após a violenta intervenção militar em agosto de 1981.<sup>34</sup>

Ainda que não seja o objetivo central deste trabalho, é preciso ressaltar a existência de lacunas historiográficas quanto as narrativas que tratam do combate a ditadura civil-militar no Brasil. Quase sempre o acento no esgotamento da ditadura é feito em relação a força organizada do movimento sindical e dos trabalhadores urbanos, tornando outra vez invisíveis os conteúdos da luta social camponesa. O que se quer afirmar neste ponto de nosso trabalho é, por exemplo, a necessidade de no Brasil contemporâneo chamar atenção para a reparação das graves ocultações da história e memória dos camponeses em luta no Brasil ao tempo da Ditadura. Uma história de repressão, prisões, tortura e assassinatos.

Também nesse período, em várias partes do País, formam-se acampamentos, ocupações de terra, lutas de atingidos por barragens, de posseiros, de brasiguaios. Trabalhadores que lutavam por terra, trabalho e vida digna para suas famílias.

---

<sup>33</sup> CAUME. David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária, a construção de espaços sociais modelares**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo/Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2006.

<sup>34</sup> CAUME. David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária, a construção de espaços sociais modelares**. Passo Fundo: Editora universitária de Passo Fundo/Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2006.

Enquanto Movimento Social com estrutura orgânica, o MST é constituído em 1982, articulando diversas lutas existentes, unificando, inicialmente, experiências de luta em curso em 12 Estados, ampliando sua atuação ao longo dos anos seguintes. Essa articulação condensa diversas experiências de lutas em andamento, com seus aliados mais constantes: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), setores do sindicalismo rural, a Associação Brasileira pela Reforma Agrária (Abra)<sup>35</sup> e Movimentos de Direitos Humanos.

Do ponto de vista organizativo, surgiu do trabalho de discussão de vários colonos que não tinham terra, que se reuniram em comunidades e resolveram lutar por seu pedaço de terra. Eram os que não tinham terra e não queriam ir para a cidade, resistiam ao êxodo rural. Muitos preferiram ir para a cidade. Os que queriam ficar na terra é que formaram o Movimento. Sonhavam ter uma terra própria e acreditavam que a Reforma Agrária poderia sair.<sup>36</sup>

Em 1984, havia 409 milhões de hectares caracterizados como latifúndios. E existiam cerca de 12 milhões de camponeses Sem Terra, dois milhões de proprietários de minifúndios de 2 a 5 hectares e cerca de 5 milhões de camponeses que já haviam emigrado para as cidades. Outro comparativo da concentração latifundiária no Brasil demonstra que apenas 162 latifundiários com área superior a 100 mil hectares ocupam uma extensão de mais de 36 milhões de hectares.<sup>37</sup>

A partir da análise da conjuntura daquele período, podemos afirmar que o MST tem como nascedouro a ocupação e o acampamento da Encruzilhada Natalino. Os principais militantes que construiriam o MST, nos anos seguintes, participaram daquela ocupação como acampados, religiosos, sindicatos de trabalhadores rurais. De alguma maneira, se fizeram presentes ali. Fernandes afirma que: “a vitória dos acampados da Encruzilhada demarcou a história das lutas camponesas “[...], uma prova concreta de

---

<sup>35</sup> Fundada em 1967, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) foi criada com o objetivo de contribuir com o debate e a promoção da reforma agrária no País. Um rico acervo documental foi constituído desde a criação da Abra e é composto por documentos administrativos, recortes de jornais e revistas, artigos, manuscritos, dossiês sobre temas da agenda de cada época, informações sobre outras organizações nacionais e internacionais com atuação nos temas da luta pela terra, além de boletins e cartazes. ([www.abrareformaagraria.org](http://www.abrareformaagraria.org)).

<sup>36</sup> Darci Maschio *apud* LOWY, M. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

<sup>37</sup> GORGEN, Frei Sérgio. (Org.). **Uma foice longe da terra: a repressão aos sem-terra nas ruas de Porto Alegre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

que a resistência e persistência eram as armas que o modelo econômico e a política dos militares não puderam vencer”.<sup>38</sup>

### **Bibliografia:**

ABROMOVAY, R. Nova forma de lutar pela terra: acampar. **Revista da ABRA**, Campinas, 15(2), 1985.

CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária, a construção de espaços sociais modelares**. Passo Fundo: Editora universitária de Passo Fundo/Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2006.

Darci Maschio *apud* LOWY, M. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

GORGEN, Frei Sérgio A. **O massacre da Fazenda Santa Elmira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

GORGEN, Frei Sérgio. (Org.). **Uma foice longe da terra: a repressão aos sem-terra nas ruas de Porto Alegre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LOWY, M. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

PERLI, Fernando. **Sem terra: de boletim a tabloide, um estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra entre a solidariedade e a representação (1983-1987)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

SANTOS, Irineia Maria Franco dos. **Luta e perspectiva da teologia da libertação: o caso da comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, José Gomes da. *apud* GORGEN, Frei Sérgio A. **O massacre da Fazenda Santa Elmira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

SCHMITT, Claudia J. **O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem terra”**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottman. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

---

<sup>38</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.



WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A pedagogia cultural do MST com relação à infância. In: XXIII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2000.

**Fontes:**

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro:EncyclopaediaBritannica, 1980. Edição Ecumênica.

*Boletim Sem Terra*, n. 1

*Boletim Sem Terra*, n. 5, 1982.

CONTAG. A política agrária do governo e os conflitos de terra no Brasil. Brasília, 1981.

MST. **O MST**: a luta pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no Brasil: documentos básicos. São Paulo: 2005.

MST. **O MST é você**.1987